

A construção do conhecimento

REGINA DE ASSIS *

Uma nova equipe de educadores assumiu, com o governo do prefeito eleito César Maia, a Secretaria Municipal de Educação, trazendo o propósito de confirmar, através de vontade política e do trabalho responsável, o lugar privilegiado que a Educação Pública Fundamental merece nesta Cidade.

Através dos anos, muitas foram as conquistas neste setor, graças ao trabalho de outras equipes que antecederam a esta gestão da Educação Municipal, principalmente em relação à ampliação do número de escolas que hoje atinge a 1.031 unidades, entre 894 escolas convencionais, 105 Cieps, 31 Casas da Criança e o Centro Vocacional Tia Ciciata.

No entanto, ainda há graves problemas a resolver nesta megarede municipal, a maior do país e da América Latina com seus 42.000 professores e aproximadamente 700.000 alunos.

Em vários bairros da Cidade do Rio de Janeiro, em função da densidade populacional e da pesada migração de alunos de escolas particulares para a rede municipal, torna-se indispensável e urgente a oferta de vagas e assegurar mais equipamentos, materiais didáticos, merenda escolar e professores atualizados, bem pagos, e em número suficiente para a demanda.

Por outra parte, o aviltamento salarial dos educadores e pessoal de apoio nos últimos anos, além da ausência de um plano de carreira consequente e equitativo, tem ocasionado o êxodo de mestres para a iniciativa privada ou o desvio da função pedagógica para outras no âmbito da própria Prefeitura.

A recente concentração de esforços da administração anterior da SME voltada prioritariamente para o primeiro segmento do 1º grau, na busca por melhores resultados pedagógicos, culminou na produção do Bloco Único, o que também contribuiu para desviar e adiar um encaminhamento para soluções mais profundas, amplas e definitivas, em relação às ainda altas taxas de evasão à repetência.

A proposta do Bloco Único, que preconiza a promoção automática, tal como se apresenta, carrega sérias inconsistências teórico/metodológicas, o que acarreta imprecisões indesejáveis sobretudo quanto ao processo de avaliação dos alunos. Além disso foi conhecida e experimentada apenas por uma pequena parte da Rede Municipal, limitada aos Cieps e às escolas de tempo contínuo.

A maior parte dos responsáveis por sua aplicação, professores, diretores de escolas e responsáveis pelos Distritos de Educação e Cultura (DECs), não chegou sequer a ler a proposta, mas supostamente teria que adotá-la caso fosse aprovada pelo Conselho Estadual de

Educação no mês de janeiro passado. Assumimos a responsabilidade de suportar este processo, solicitando a retirada do Bloco Único do CEE para exame criterioso, por saber através de experiência direta com esta e outras redes públicas que não se muda a qualidade da educação só por decreto. Há um momento em que o decreto se impõe, porém depois que todos os profissionais conhecem, assumem e têm condições de realizar o trabalho pedagógico numa direção pretendida.

Investir na atualização permanente de todos os professores em serviço, bem como atender à necessidade de salários mais dignos e de um plano de carreira adequado às exigências desta profissão, é condição indispensável para garantir mudança responsável e eficaz nos resultados do sistema de ensino.

Ao decidir aplicar 25% das despesas correntes do Município ainda neste ano de 1993 em educação, a atual administração assegura um reencaminhamento imediato para estes problemas.

Desta forma e considerando também que as crianças já iniciaram o processo de conhecer e se relacionar com o mundo e a vida a seu redor desde antes de entrar na 1ª série do 1º grau, defendemos a necessidade de revitalizar as classes de Pré para as crianças dos 4 aos 6 anos, a partir de um Núcleo Básico de Currículo que as integre ao 1º e 2º segmentos do 1º grau.

O trabalho pedagógico do Pré à 8ª série deve ser articulado, contínuo, prazeroso, criativo e sintonizado com o tempo em que vivemos.

A Escola é um lugar de construção de conhecimentos e valores éticos a partir da constituição dos significados expressos por professores e alunos através de múltiplas linguagens. Devolver-lhes o sentimento de autoria neste processo que fundamenta as melhores práticas democráticas é devolver-lhes o orgulho de serem alunos e professores da Escola Pública, instituição indispensável a um país que, sem descanso, vem persistente e corajosamente se configurando como uma nação onde se possa viver de maneira mais justa, humana e feliz.

Deste modo seremos consequentes com o reconhecimento da função social, política e pedagógica da Escola Pública sem perder de vista que Educação é Vida, Energia, Movimento e Compromisso com o direito de nossos alunos a conhecimentos e valores que lhes possibilitem o exercício de uma cidadania plena numa sociedade plural e em constante transformação.

* Secretaria de Educação do Município do Rio